

**Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações**

COMPROVANTE DE RETIRADA DE DOCUMENTOS

OBJETO: CONCESSÃO ONEROSA DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO PARA IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇOS DE CAFETERIA NO CENTRO DE EXPOSIÇÕES E HISTÓRIA RICARDO NARDELLI.

DADOS DO INTERESSADO:

Nome.....

RG.....cargo/função.....

Empresa.....

Endereço.....

Fone.....fax.....obs.

O adquirente, acima qualificado, que subscreve o presente, declara que teve acesso a documentação, contendo na íntegra: edital, lei municipal, referente a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2023**.

Assinatura adquirente

Ribeirão Pires,de2023.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

LICITAÇÃO N.º : 004/23

PROCESSO: 2342/2023

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA

TIPO: MAIOR OFERTA

OBJETO: CONCESSÃO ONEROSA DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO PARA IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇOS DE CAFETERIA NO CENTRO DE EXPOSIÇÕES E HISTÓRIA RICARDO NARDELLI.

FUNDAMENTO: Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada, e demais diplomas legais aplicáveis.

ENCERRAMENTO : dia 12/09/2023 às 08:30 horas

ABERTURA : dia 12/09/2023 às 09:00 horas

LOCAL: Sala de Reuniões da COPEL nas dependências da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires – SP, sito na Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal – Centro.

1. PREÂMBULO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, torna público que de acordo com o **Processo n.º** , e por determinação da autoridade competente, acha-se aberta a licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 002/2023**, do tipo maior oferta, destinada a **CONCESSÃO ONEROSA DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO PARA IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇOS DE CAFETERIA NO CENTRO DE EXPOSIÇÕES E HISTÓRIA RICARDO NARDELLI**, observadas as normas e condições do presente Edital e as disposições contidas na Lei Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

A presente licitação será encerrada no dia 12/09/2023 às 08:30 horas, quando às 09:00 horas serão abertos e rubricados os envelopes na sala de reuniões da Prefeitura, em sessão pública, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

Os participantes deverão apresentar dois envelopes fechados, referente a **DOCUMENTAÇÃO** e **PROPOSTA DE PREÇOS**, que serão protocolados na Gerência de Suprimentos da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, sito à Rua Miguel Prisco, n.º 288 – Centro – Ribeirão Pires – São Paulo. Não serão recebidos os envelopes que forem entregues após o horário de encerramento previsto no preâmbulo deste edital.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

I - OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **CONCESSÃO ONEROSA DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO PARA IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇOS DE CAFETERIA NO CENTRO DE EXPOSIÇÕES E HISTÓRIA RICARDO NARDELLI**.

1.1.1. A presente concessão terá o prazo determinado de 30 (trinta) anos, a contar da emissão do alvará de funcionamento, tendo caráter intransferível e oneroso.

1.2 - Compõem o presente Edital, os seguintes anexos:

1.2.1. ANEXO I – Modelo de Proposta;

1.2.2. ANEXO II - Termo de Referência;

1.2.3. ANEXO III – Laudo de Avaliação;

1.2.4. ANEXO IV – Modelo de Atestado de Visita;

1.2.5. ANEXO V – Declaração de Pleno Conhecimento do Local;

1.2.6. ANEXO VI – Minuta de Contrato;

1.2.7. ANEXO VII – Termo de Ciência e de Notificação;

1.2.8. ANEXO VIII – Lei Municipal n.º 6835/2023 que autoriza a concessão de direito real de uso de área onerosa, para implantação, administração e operação comercial de serviços de cafeteria no Centro de Exposições e História Ricardo Nardelli;

II – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar do procedimento, Pessoas Físicas e Jurídicas do ramo pertinente ao objeto, bem como, que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste edital.

2.2. Os interessados poderão visitar o local da futura instalação, para inteirar de todos os aspectos referentes à sua execução. Para todos os efeitos, considerar-se-á que a licitante tem pleno conhecimento da natureza, dos serviços e dos fornecimentos, das condições hidrológicas e climáticas que possam afetar sua execução. Não poderá a licitante alegar posteriormente a insuficiência de dados e/ou informações sobre o local e as condições pertinentes ao objeto do contrato.

2.2.1. A vistoria deverá ser previamente agendada com o Sr. Marcílio, através do telefone (11) 4827-4598 ou pessoalmente, no endereço situado na Rua Miguel Prisco, nº 286, Centro, Ribeirão Pires, no horário da 09:00 às 16:00h, de segunda à sexta-feira, no prazo máximo de até um dia anterior a data da presente licitação;

2.2.2. Ao final da vistoria, o responsável por acompanhar na visita emitirá o “Atestado de Visita Técnica” (Modelo Anexo IV), devidamente assinado, comprovando a realização da visita, o qual deverá ser juntado ao envelope de “HABILITAÇÃO”;

2.2.3. Caso a licitante não realize a Visita Técnica, deverá firmar uma declaração de que se compromete, sob as penas da Lei, ter pleno conhecimento do objeto licitado, tendo ciência de todos os dados e características do local (Modelo Anexo V), a qual deverá ser juntada ao envelope de “HABILITAÇÃO”.

2.3. Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

2.4. Não poderão participar desta licitação, as empresas declaradas inidôneas e impedidas de contratar com a Administração Municipal.

2.4.1. Não poderão ainda participar da licitação, servidores ou dirigentes de órgãos, ou entidades da Prefeitura, ou ainda responsável pela licitação.

2.5. As licitantes terão direito a representação em sessão, desde que apresentem carta credenciando representante legal da empresa, com poderes para interpor recurso e desistir de prazos à Comissão de Licitações antes da abertura dos envelopes. A ausência de tal documento não acarretará na inabilitação da empresa, mas sim na sua não representação legal durante a sessão.

2.5.1 No caso de pessoa física, o mesmo deverá apresentar documento de identificação.

2.5.2. Atestado original da visita técnica efetuada pelo licitante, expedido pelo responsável que acompanhou a visita, ou Declaração expressa caso não se interessar em realizar visita técnica conforme itens 2.2 a 2.2.3 acima.

III - DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE “1”

3.1. Os documentos necessários para habilitação dos interessados deverão ser apresentados em envelopes fechados, consignando em caracteres legíveis, o nome e a qualificação da empresa e a seguinte indicação:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2023
ENVELOPE 01 – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”
DATA DE ABERTURA 12/09/2023
NOME DO INTERESSADO OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

3.2. Os documentos deverão, preferencialmente ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente, por item da habilitação, de modo a facilitar sua análise, são os seguintes:

3.3. PESSOA JURÍDICA

3.3.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

3.3.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

3.3.3. Inscrição no Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

3.3.4. Para empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: Decreto de Autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3.5. Atestado original da visita técnica efetuada pelo representante legal (devidamente documentado) expedido pelo responsável que acompanhou a visita, conforme item 2.2;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

3.3.6. Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.).

3.3.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e de Quitação de Tributos e Contribuições Federais).

3.3.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (contendo no mínimo regularidade para o seguinte tributo: ICM/ICMS).

3.3.9. Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal (contendo no mínimo regularidade para os tributos mobiliários).

3.3.10. Certidão de regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS (CND).

3.3.11. Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.3.12. As provas de regularidade deverão ser apresentadas através de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

3.3.13. Os documentos comprobatórios relativos à Regularidade Fiscal deverão referir-se à Sede do Licitante. Serão inabilitados os licitantes que apresentarem documentos referentes à filial.

3.3.14. Certidão negativa de falência ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica.

3.3.14.1. Será aceita a participação de empresas em recuperação judicial que já estiverem com o plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital. (Conforme Súmula nº 50 do TCE/SP).

3.4. PESSOA FÍSICA

3.4.1. Cédula de identidade da licitante;

3.4.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

3.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais);

3.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio do licitante (Certidão Negativa de Tributos Mobiliários);

3.4.5. Certidão negativa de execução patrimonial, expedida no domicílio da licitante.

3.4.6. Caso a Pessoa Física, seja considerada vencedora do certame, deverá apresentar em até 90 dias, toda a documentação relativa a constituição da PESSOA JURÍDICA (CNPJ).

3.4. DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

3.4.1. Indicação e qualificação de quem subscreve os documentos e de quem assinará o Termo de Contrato, na hipótese de adjudicação da licitação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

3.4.2. O proponente deverá apresentar uma declaração de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, e que não possui fato impeditivo para sua contratação.

3.5. ORIENTAÇÕES SOBRE A FASE DE HABILITAÇÃO

3.5.1. Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade do C.N.P.J. e/ou CPF.

3.5.2. Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se forem acompanhados da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

3.5.3. Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope “1”, não sendo admitido posteriormente, o recebimento pela Comissão de qualquer outro documento, nem permitido à empresa licitante fazer qualquer adendo aos entregues à Comissão.

3.5.4. Caso haja a inserção de original de documento junto com as cópias autenticadas, a Comissão, procederá a devolução do mesmo mediante solicitação por escrito, da licitante; ou poderá efetuar a substituição do original por cópia autenticada, quando concluída a fase de habilitação.

3.5.5. As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata exigidas neste Edital, que não apresentarem expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 90 (noventa) dias anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

3.5.6. A Comissão poderá, também, solicitar originais de documentos já autenticados, para fins de verificação, sendo a empresa obrigada a apresentá-los no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação**, sob pena de, não o fazendo, ser inabilitada.

3.5.7. Caso a solicitação seja feita durante a sessão de habilitação, o caso deverá ser registrado em ata, nela constando o prazo máximo, também de 48 horas.

3.5.8. Serão inabilitadas as licitantes que não atenderem às exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentarem os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma.

3.5.9. A inabilitação da licitante importa na preclusão do direito de participar das fases subsequentes.

3.5.10. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, é facultado à Comissão fixar o prazo de 08(oito) dias úteis, para a apresentação de documentação escoimada das causas que provocaram a inabilitação.

IV - DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE “2”

4.1. As empresas, além da documentação acima exigida, deverão apresentar proposta emitida por processo de informatização em UMA ÚNICA VIA, devidamente assinada pelo (s) responsável (is) escritas numa só face de cada folha, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, onde indicará:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2023
ENVELOPE 02 – “PROPOSTA COMERCIAL”
DATA DE ABERTURA 12/09/2023
NOME DO INTERESSADO/ RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA PARTICIPANTE

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

4.2. A PROPOSTA DE PREÇO conterá obrigatoriamente:

4.2.1. Considerando que a Concessão é a título oneroso, o valor do aluguel será de no mínimo R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) e serão considerados como maior oferta, aquelas que apresentam a melhor/menor oferta.

4.2.2. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data do encerramento.

V – DA ABERTURA DOS ENVELOPES “HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO”

5.1. No dia, local e hora previstos no preâmbulo deste edital, a Comissão Permanente de Licitações procederá a abertura dos envelopes "I-HABILITAÇÃO" na presença dos interessados.

5.2. Compete exclusivamente à Comissão avaliar o mérito dos documentos e informações apresentadas, bem como julgar a capacidade técnica, econômica e financeira de cada proponente.

5.3. Na presença dos proponentes e demais pessoas que quiserem assistir ao ato de recebimento e abertura dos documentos e propostas, a Comissão receberá os invólucros devidamente fechados, contendo os documentos e as propostas.

5.4. Recebidos os envelopes “1” – HABILITAÇÃO e “2” – PROPOSTA DE PREÇO, proceder-se-á, em sessão pública, à abertura dos envelopes referente à habilitação, conferindo-se os mesmos na forma exigida pelo edital, sendo a documentação rubricada pela Comissão e pelos representantes dos licitantes presentes.

5.4.1. Após a entrega dos invólucros contendo a documentação da habilitação e as propostas comerciais, nenhum documento adicional será aceito ou considerado no julgamento.

5.5. A Comissão poderá, ao seu exclusivo critério, proclamar na mesma reunião o resultado da habilitação, ou convocar outra para este fim, ficando cientificados os interessados.

5.6. Proclamado o resultado da habilitação, na mesma ou em outra reunião e decorrido o prazo para interposição de recursos ou no caso de renúncia do direito recursal, a Comissão procederá a abertura das propostas de preços dos licitantes habilitados.

5.7. Após a abertura das propostas dos licitantes, o seu exame e o desenrolar de todos os atos, será lavrada ata circunstanciada dessa sessão, a qual será assinada pela Comissão e pelos representantes dos licitantes.

5.8. Toda e qualquer declaração deverá constar na ata da sessão, obrigatoriamente, ficando sem direito de fazê-lo as pessoas não representadas, ou que deixem de rubricar a documentação pertinente a licitação ou a Ata da Sessão.

5.9. A Comissão, para efeito de análise das propostas poderá suspender a sessão, relegando sua decisão para outra oportunidade.

VI - JULGAMENTO

6.1. O julgamento desta Concorrência será efetuado pela Comissão Permanente de Licitações, em conformidade com o presente edital, os preceitos da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

6.2. O critério da avaliação da decisão da melhor proposta será o de **MAIOR VALOR DE OFERTA**, conforme item 4.2.1. Caso se verifique empate, a licitação será decidida por sorteio, realizado em ato público, na presença dos interessados.

6.3. A Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires poderá solicitar por escrito esclarecimentos complementares a qualquer dos proponentes, durante a fase de julgamento das propostas.

6.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências legais e as constantes neste edital.

6.5. Não serão consideradas para efeito de julgamento, quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, assim como propostas com condições baseadas nas propostas apresentadas pelos demais participantes.

6.6. Serão desclassificadas as propostas:

6.6.1. manuscritas;

6.6.2. apresentadas com preços abaixo do estipulado no item 4.2.1;

6.6.3. que não atenderem aos termos deste edital e seus anexos, bem como aquelas que não contiverem elementos técnicos suficientes para sua apreciação, ou não apresentarem coerência nas informações;

6.6.4. cuja documentação apresentar emendas, rasuras, entrelinhas ou inscrições à margem.

7 – DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

7.1 - Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas o processo será encaminhado ao Sr. Secretário Chefe de Gabinete, que homologará a licitação, adjudicando o objeto do certame ao vencedor.

8 - DOS RECURSOS

8.1. Os recursos cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, serão dirigidos ao Senhor Secretário Chefe de Gabinete, por intermédio da COPEL. Deverão ser impetradas num prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, devendo ser protocolizados na Gerência de Suprimentos, das 09:00 às 16:00 horas dos dias úteis.

9 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA

9.1. A CONCESSIONÁRIA assume integral responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato.

9.2. A CONCESSIONÁRIA responsabiliza-se pela conservação e manutenção do local cedido.

9.2.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a promover, no mínimo, duas dedetizações ao ano no local, com intervalo de seis meses, sendo que a primeira antecederá o início das respectivas atividades.

9.2.2. Estar de acordo com as leis da Vigilância Sanitária;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

9.3. Caso a CONCESSIONÁRIA venha a contratar empregados para a execução dos serviços, obriga-se a exigir, antes do início do respectivo exercício laboral, as competentes carteiras de saúde ou documento equivalente, atestatórios da higidez dos mesmos, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado considerado inconveniente pela CONCEDENTE.

9.4. Fica a CONCESSIONÁRIA submetida à fiscalização da CONCEDENTE em todos os aspectos pertinentes ao uso concedido, obrigando-se a acatar todas as recomendações da CONCEDENTE no intuito de regularização ou melhoria do atendimento ao público.

9.5. A CONCESSIONÁRIA assumirá integral responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e outras despesas provenientes da exploração permitida, eximindo-se a CONCEDENTE de eventuais reembolsos ou restituições advindos desta contratação.

9.6. A CONCESSIONÁRIA deverá adotar as medidas preventivas necessárias quanto à ocorrência de sinistros, responsabilizando-se integralmente, no campo cível e penal, pelas consequências materiais e pessoais advindas, tanto a seus empregados como a terceiros.

9.7. A CONCESSIONÁRIA submeter-se a fiscalização da CONCEDENTE, admitindo o acesso de fiscais credenciados no espaço ocupado.

9.8. A CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se-á por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio da CONCEDENTE, comprometendo-se a fazer as suas expensas todas as reparações e reposições necessárias.

9.9. A CONCESSIONÁRIA deverá designar um responsável que esteja apto a responder pela execução dos serviços, bem como representá-la junto à CONCEDENTE durante toda a vigência da avença.

9.10. A CONCEDENTE não se responsabilizará pelo pagamento de tributos e outros encargos que sejam da competência da CONCESSIONÁRIA, nem se obriga a fazer-lhe restituição ou reembolsos de valores principais e/ou acessórios, que essa despende com esses pagamentos.

X – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

10.1. A CONCEDENTE cobrará da CONCESSIONÁRIA o valor previsto no contrato de locação.

10.1.1. O reajuste das tarifas será anual, com base no índice adotado pelo município.

10.2. O horário de funcionamento do Espaço será estipulado em contrato.

10.3. A falta de pagamento da tarifa ou das despesas de obrigação da CONCESSIONÁRIA, por 03 (três) meses, implica na perda do direito de uso da loja.

10.4. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela reforma que venham ser feitas no espaço a partir de sua ocupação.

10.4.1. Seguro do espaço a ser locado contra riscos de incêndio, explosão e catástrofes naturais (terremoto, inundações, vendaval, furacão, ciclones, raios, etc).

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

10.4.2. Os materiais e mão de obra necessária para conservação e manutenção do espaço e respectivas instalações.

10.4.3. A manutenção dos equipamentos de incêndio do espaço a ser locado.

XI – OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

11.1. Disponibilização do imóvel à Concessionária, devidamente livre e desimpedido.

11.3. A Prefeitura fornecerá toda infraestrutura das áreas comuns.

11.4. Registrar as deficiências porventura existentes na execução dos serviços, comunicando a CONCESSIONÁRIA para a imediata correção, sem prejuízos da aplicação das penalidades previstas.

11.5. Garantir o livre acesso dos funcionários da CONCESSIONÁRIA, desde que devidamente identificados.

11.6. Indicar um responsável pelo acompanhamento da concessão, que figurará como gestor do presente, a quem deve dirigir-se o representante da CONCESSIONÁRIA para dirimir quaisquer questões pertinentes à presente avença.

XII – DA IMPUGNAÇÃO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Informações e esclarecimentos serão fornecidos pela Comissão Permanente de Licitações, desde que encaminhados por escrito ao Presidente da COPEL em até 02 (dois) dias úteis antes do encerramento da licitação.

12.2. Até 02 (dois) úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do certame, no e-mail: licitação.sag@ribeiraopires.sp.gov.br ou pessoalmente na Gerência de Suprimentos, sito a Rua Miguel Prisco, 288 – Paço Municipal – Centro – Ribeirão Pires – S.P. – CEP: 09400-110, no horário das 08:00 às 17:00 horas dos dias úteis.

12.2.1. Pessoa Jurídica: as impugnações deverão vir acompanhadas de documento que comprove a capacidade jurídica do signatário da impugnação, em representar a impugnante. Quando os documentos forem cópias, as mesmas deverão vir devidamente autenticadas.

12.2.2. Pessoa Física: a impugnação deverá estar acompanhada dos documentos pessoais (RG, CPF, comprovante de residência). Quando os documentos forem cópias, as mesmas deverão vir devidamente autenticadas.

12.2.3. Caso a impugnação não vir acompanhada dos documentos constantes nos itens 12.1.1 e 12.1.2, a mesma não será recebida, ou quando o caso, julgada sem apreciação do mérito.

12.2.4. Caberá ao setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

12.2.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

12.3. Durante o procedimento licitatório, serão admitidos os recursos previstos na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações introduzidas posteriormente, na forma, prazos e com os efeitos ali estabelecidos.

12.4. Eventuais recursos administrativos deverão ser interpostos mediante petição fundamentada, constando a identificação do responsável pela empresa e a respectiva procuração, se for o caso, dirigido a autoridade competente, observando-se, para esse efeito, o rito e as disposições estabelecidas no art. 109 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

12.5. Dos atos da Comissão cabem recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) Habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Anulação ou revogação da licitação;
- d) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93;
- e) Aplicação das penalidades de advertência, suspensão temporária ou de multa.

12.6. Interposto recurso, os demais licitantes serão comunicados e poderão contrarrazoá-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

12.7. O recurso contra a decisão de habilitação, inabilitação ou do julgamento das propostas terá efeito suspensivo.

12.8. Para efeito de contagem de prazos legais excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento e serão considerados dias úteis aqueles em que houver expediente normal na Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

12.9. Os recursos serão dirigidos ao Senhor Secretário Chefe de Gabinete, por intermédio da COPEL.

12.10. Os recursos poderão ser protocolados na Gerência de Suprimentos, dentro do prazo legal, sito na Rua Miguel Prisco, n.º 288, das 09h00 às 16h00, dos dias úteis de segunda à sexta-feira, ou enviados para o e-mail: licitação.sag@ribeiraopires.sp.gov.br.

XIII- CONDIÇÕES GERAIS

13.1. A Administração poderá a qualquer tempo, demonstrado o interesse público, revogar o presente processo de licitação, por conveniência e oportunidade da Administração Pública, sem que caiba aos participantes e ao vencedor qualquer direito a ressarcimento ou indenização, ainda que por despesas decorrentes da apresentação da proposta.

13.2. As questões não previstas neste Edital serão resolvidas pela Comissão Permanente de Licitações com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis e nos princípios gerais de direito.

13.3. A simples participação de qualquer proponente, caracterizada pela apresentação da proposta, implicará na sujeição do mesmo a todas as exigências e condições previstas na legislação que rege a matéria, bem como nas constantes deste edital, salvo impugnações feitas na forma da Lei.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

13.4. A licitante vencedora (adjudicatária) será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar o contrato na pessoa de representante legal, ou de mandatário devidamente habilitado para tanto.

13.5. O concorrente vencedor que deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir quaisquer dos preceitos legais estabelecidos, ficarão sujeitos as penalidades previstas na Cláusula Sexta da Minuta de Contrato que faz parte integrante deste instrumento.

XIV – DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O edital e seus anexos estão disponíveis gratuitamente no site: www.ribeiraopires.sp.gov.br.

14.2. As licitantes responderão pela veracidade dos dados e declarações por elas fornecidas sob as penas da lei.

14.3. A apresentação da proposta implica na aceitação plena e total das condições e exigências contidas no presente edital.

14.4. É facultada à Comissão em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo licitatório.

14.5. A documentação apresentada para fins da habilitação fará parte dos autos da licitação e não será devolvida a proponente.

PARA QUE NÃO SE ALEGUE IGNORÂNCIA, VAI O PRESENTE EDITAL FIXADO NOS LUGARES DE COSTUME E A REFERÊNCIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 08 DE AGOSTO DE 2023.

DOUGLAS MENEZES SOUZA
Presidente da COPEL

VICENTE CARLOS DE SOUZA TITICO
Secretário Chefe de Gabinete

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA

À

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2023

O licitante....., inscrita no RG/ CNPJ sob o nº....., CPF/ inscrição estadual nº, estabelecida à Av./Rua, nº, bairro....., na cidade de, telefone....., fax, vem pela presente apresentar anexa sua proposta de preços para **CONCESSÃO ONEROSA DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO PARA IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇOS DE CAFETERIA NO CENTRO DE EXPOSIÇÕES E HISTÓRIA RICARDO NARDELLI**, de acordo com as exigências do presente edital, conforme segue:

Valor Mensal: R\$ (_____ reais)

Local, ____ de _____ de 2023.
(assinatura do responsável pela empresa)
Nome/Cargo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

A N E X O II – TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO:** Concessão onerosa de espaço público para operação e comercialização de serviços de cafeteria nas dependências do Centro Histórico e Literário Ricardo Nardelli (CHL), localizado na Rua Miguel Prisco, 286, bairro Centro, Ribeirão Pires (SP), neste município, nos termos da Lei Municipal n.º 6.836, de 08 de março de 2023.
 - 1.1. Uma sala, denominada “Hall I”, situada no pavimento térreo do edifício, medindo 25m² (vinte e cinco metros quadrados), formado por 4 (quatro) paredes de 5m (cinco metros); uma porta metálica de 3m (três metros), com saída para o jardim, duas janelas de vidro fixas, sem abertura, medindo 3m (três metros); pé direito com altura de 3,60m (três metros e sessenta centímetros); teto com acabamento em forro liso de gesso, em tabica negativa, sem moldura e sem roda teto; 3 (três) pontos elétricos de 110V (cento e dez volts), padrão de 3 (três) pinos, de acordo com a normatização BR14136; 1 (uma) caixa de passagem; 3 (três) luminárias tubulares de LED e 1 (uma) luminária de emergência automática de LED
 - 1.2. Horário de Funcionamento: Terça-Feira à Domingo, no horário das 08:00 às 17:00 horas, podendo eventualmente encerrar as atividades após o horário, conforme demanda de público.
 - 1.2.1. Abrir em horários diferenciados, mediante prévia análise e autorização da direção do CHL.
 - 1.2.2. Abrir em horários noturnos quando houver atividade de agenda cultural nas dependências do CHL, desde que previamente comunicado e agendado.
 - 1.3. Não servir alimentos preparados por meio de cocção (cozimento), fritura, grelhados, ou qualquer outro preparo que gere odor e/ou fumaça no interior do CHL.
 - 1.4. É de responsabilidade da concessionária:
 - 1.4.1. Realizar manutenção do espaço concedido, incluindo os utensílios, equipamentos, mobiliário e a regular desinsetização;
 - 1.4.2. Promover melhorias e adequações de espaço que venham a ser realizadas, as quais ficarão incorporadas ao imóvel e não gerarão direito a ressarcimento;
 - 1.4.3. Respeitar o serviço de coleta e transporte de lixo, realizando-o nos dias e horários determinados;
 - 1.4.4. Realizar a limpeza periódica da caixa de gordura;
 - 1.4.5. Não utilizar equipamentos que utilizem gás, somente elétricos;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

- 1.5. Contratar seguro contra incêndio, responsabilidade civil, danos morais, vendaval e fumaça, danos elétricos, perda ou despesas de aluguel com período de doze meses.
- 1.6. Utilizar e comercializar produtos e alimentos de boa qualidade, bem como feitos com respeito às normas de saúde e da vigilância sanitária, sob pena de inabilitação.
- 1.7. Respeitar as legislações trabalhista e sanitária vigentes.
- 1.8. Praticar valores acessíveis e compatíveis com o mercado.
- 1.9. Oferecer serviços de café, sucos, refrigerantes, lanches quentes e frios, bolos, tortas, folhados, doces e salgados, entre outras pequenas refeições rápidas compatíveis com os demais estabelecimentos de cafeteria.

2. DOS OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral:

- 2.1.1. Criar, por meio de uma cafeteria literária temática, uma ambientação convidativa e a fortalecer a presença institucional do CHL na vida cultural cidade;

2.2. Objetivos específicos:

- 2.2.1. Agregar o valor cultural do café em relação ao espaço, expandindo suas possibilidades de fruição;
- 2.2.2. Aumentar a atratividade do CHL enquanto ponto de encontro e lugar de criação literária;
- 2.2.3. Fortalecer o uso social do espaço e o seu sentido de pertencimento comunitário;
- 2.2.4. Gerar mais oportunidades de socialização, convívio, lazer, estudo e pesquisa para os munícipes e visitantes;
- 2.2.5. Gerar oportunidades de negócio para a economia local e novos postos de trabalho, contribuindo também para o desenvolvimento econômico da cidade.

3. CESSÃO

- 3.1. A concessão de direito real de uso onerosa vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo entre as partes.

4. VALORES

- 4.1. O valor inicial mensal da concessão será definido por avaliação técnica da Comissão Permanente de Avaliações, o qual deverá ser atualizado anualmente com base nos índices oficiais utilizados pelo Município.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

5. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Poderá se inscrever toda e qualquer pessoa/empresa legalmente estabelecida no Estado de São Paulo, que atenda às exigências contidas neste Edital.

6. OBRIGAÇÕES

- 6.1. Utilizar o imóvel objeto da presente concessão, exclusivamente, para funcionamento de cafeteria;
- 6.2. Cumprir todas as exigências do Poder Público, referentes ao imóvel objeto desta concessão;
- 6.3. Obter, previamente, à realização de qualquer obra ou edificação, as licenças dos órgãos Estaduais e Municipais, sob pena de demolição e retorno ao *status quo ante*, bem como o pagamento de multa no valor correspondente a 3 (três) vezes o valor mensal da concessão;
- 6.4. Pagar os impostos e taxas no que compete a concessão (ISS, ICMS);
- 6.5. As despesas de consumo de água, energia elétrica, estão inclusas no valor da concessão;
- 6.6. Manter o imóvel, em boas condições de higiene, limpeza e conservação, zelando sempre por ele para assim o restituir, quando findo ou rescindido este contrato, sem direito à retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão, desde logo, incorporadas ao imóvel;
- 6.7. Não locar, sublocar, emprestar ou ceder, a qualquer título, a área para terceiros, bem como zelar pela conservação da área e evitar que terceiros a invadam;
- 6.8. Renunciar expressamente de qualquer espécie de indenização por construções edificadas no imóvel objeto da concessão, assim como por benfeitorias, quer volutuárias, úteis e/ou necessárias.

7. TEOR E FORMATO DAS PROPOSTAS

- 7.1. Deverá ainda constar da Proposta:
- 7.1.1. Compromisso de depósito pecuniário a ser creditado mensalmente em conta corrente específica a ser fornecida pela PMETRP;
- 7.1.2. Proposta de investimento, se houver;
- 7.1.3. Portifólio;
- 7.1.4. Plano de trabalho para implantação contendo, dentre outros, os seguintes itens:
- 7.1.4.1. Croqui e maquete digital da cafeteria com a ambientação do espaço;
- 7.1.4.2. Cardápio;
- 7.1.4.3. Prazo para início de funcionamento;
- 7.1.4.4. Plano sucinto de divulgação/marketing;
- 7.1.4.5. Outras informações operacionais que julgar pertinentes;
- 7.1.5. Meios de pagamento oferecidas ao consumidor.

8. DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO

- 8.1. Competirá à empresa vencedora deste certame observar e cumprir integralmente as seguintes diretrizes:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

- 8.1.1. Respeitar as legislações trabalhista e sanitária vigentes.
- 8.1.2. Praticar valores acessíveis e compatíveis com o mercado.
- 8.1.3. Oferecer serviços de café, sucos, refrigerantes, lanches quentes e frios, bolos, tortas, folhados, doces e salgados, entre outras pequenas refeições rápidas compatíveis com os demais estabelecimentos de cafeteria.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. Fica a empresa proponente ciente de que a simples apresentação da proposta implica no conhecimento deste Termo de Referência, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar nenhum desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento do processo de seleção do contrato, bem como do ônus inerente ao termo outorgado.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO III

PARECER DE AVALIAÇÃO

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO IV – MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

(Modelo Sugerido)

Ref.: Concorrência N.º 004/2023

Declaramos que o interessado/ empresa _____, inscrita no CPF e/ou CNPJ sob o n. _____ estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, no endereço _____, telefone n. _____, fac-símile n. _____, por meio de seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade n. _____, expedida pela _____, e do CPF n. _____, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires-SP, onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para concessão do espaço, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e, plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente. (Local), ____ de _____ de 2023.

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

(NOME DA EMPRESA)

NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL (PREFEITURA RIB. PIRES)

Cargo Completo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO V

DECLARAÇÃO
(Modelo Sugerido)

REF.: Concorrência nº 004/2023

(nome do interessado e/ou empresa) _____, inscrita no CPF e/ou CNPJ nº _____, o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei, em atendimento ao item 2.2.3 do edital, que tem conhecimento do local onde será o espaço para instalação de cafeteria, de suas peculiaridades e de todos os demais elementos fornecidos pela Prefeitura, não existindo nenhuma dúvida sobre o espaço, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no EDITAL e na minuta de CONTRATO.

(Local), ____ de _____ de 2023.

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO VI

TERMO N.º ____/2023 QUE TEM POR OBJETO A CONCESSÃO ONEROSA DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO PARA IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇOS DE CAFETERIA NO CENTRO DE EXPOSIÇÕES E HISTÓRIA RICARDO NARDELLI.

Termo de concessão que entre si celebram a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, de um lado como Concedente e de outro, como Concessionária, o(a) Sr(a). _____, que tem por objeto a CONCESSÃO ONEROSA DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO PARA IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇOS DE CAFETERIA NO CENTRO DE EXPOSIÇÕES E HISTÓRIA RICARDO NARDELLI, oriundo da Concorrência Pública n.º 004/2023 e do Processo de Compras n.º 2342/2023.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e três, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, compareceram entre si, justas e contratadas, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Miguel Prisco, n.º 288 – Centro, Ribeirão Pires, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada pelo Secretário Chefe de Gabinete, Sr. Vicente Carlos de Souza Titico, e de outro lado a empresa _____, situada na Rua _____, bairro, cidade, estado, Cep, devidamente inscrita no C.N.P.J/MF sob o n.º _____, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada pelo Sr(a). _____, portador(a) da cédula de identidade RG n.º _____, e inscrito no CPF sob o n.º _____, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas da Lei n.º 8.666/93 e alterações, e as cláusulas a seguir estabelecidas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

I - OBJETO

1.1. NATUREZA DO CONTRATO – CONCESSÃO ONEROSA DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO PARA IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇOS DE CAFETERIA NO CENTRO DE EXPOSIÇÕES E HISTÓRIA RICARDO NARDELLI, que funcionará no espaço abaixo relacionado:

1.1.1. Área localizada nas dependências do Centro Histórico e Literário Ricardo Nardelli (CHL),

1.1.2. Área conta uma sala, denominada “Hall I”, situada no pavimento térreo do edifício, medindo 25m² (vinte e cinco metros quadrados), formado por 4 (quatro) paredes de 5m (cinco metros); uma porta metálica de 3m (três metros), com saída para o jardim, duas janelas de vidro fixas, sem abertura, medindo 3m (três metros); pé direito com altura de 3,60m (três metros e sessenta centímetros); teto com acabamento em forro liso de gesso, em tabica negativa, sem moldura e sem roda teto; 3 (três) pontos elétricos de 110V (cento e dez volts), padrão de 3 (três) pinos, de acordo com a normatização BR14136; 1 (uma) caixa de passagem; 3 (três) luminárias tubulares de LED e 1 (uma) luminária de emergência automática de LED.

1.1.3. Horário de Funcionamento deverá ser de Terça-Feira à Domingo, no horário das 08:00 às 17:00 horas, podendo eventualmente encerrar as atividades após o horário, conforme demanda de público.

1.2. CONDIÇÕES - A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a prestar os serviços de acordo com as especificações:

1.2.1. Os serviços oferecidos pela CONCESSIONÁRIA devem compreender os similares oferecidos por estabelecimentos da mesma natureza, com preços de mercado, utilizando sempre ingredientes de primeira qualidade e com observância de todos os princípios higiênicos/sanitários.

1.2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá oferecer serviços de café, sucos, refrigerantes, lanches quentes e frios, bolos, tortas, folhados, doces e salgados, entre outras pequenas refeições rápidas compatíveis com os demais estabelecimentos de cafeteria.

1.2.3. A instalação de outros equipamentos deverá ser solicitada por escrito pela CONCESSIONÁRIA À CONCEDENTE, que deverá autorizar também por escrito.

1.2.4. À CONCESSIONÁRIA caberá, às suas expensas, a instalação no local dos móveis e equipamentos necessários ao perfeito atendimento dos usuários, não se responsabilizando a CONCEDENTE, em hipótese alguma, pela guarda e conservação dos mesmos.

II - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA

2.1. Utilizar o imóvel objeto da presente concessão, exclusivamente, para funcionamento de cafeteria;

2.2. Cumprir todas as exigências do Poder Público, referentes ao imóvel objeto desta concessão;

2.3. Obter, previamente, à realização de qualquer obra ou edificação, as licenças dos órgãos Estaduais e Municipais, sob pena de demolição e retorno ao *status quo ante*, bem como o pagamento de multa no valor correspondente a 3 (três) vezes o valor mensal da concessão;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

2.4. Pagar os impostos e taxas incidentes sobre o imóvel a partir da data da assinatura deste contrato, devendo os respectivos recibos serem apresentados à Concedente, quando solicitado;

2.5. Pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre o serviço de cafeteria, a partir da data da assinatura do termo de concessão, devendo os respectivos recibos serem apresentados à Concedente, quando solicitado;

2.6. Manter o imóvel, em boas condições de higiene, limpeza e conservação, zelando sempre por ele para assim o restituir, quando findo ou rescindido este contrato, sem direito à retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão, desde logo, incorporadas ao imóvel;

2.7. Não locar, sublocar, emprestar ou ceder, a qualquer título, a área para terceiros, bem como zelar pela conservação da área e evitar que terceiros a invadam;

2.8. Renunciar expressamente de qualquer espécie de indenização por construções edificadas no Imóvel objeto da concessão, assim como por benfeitorias, quer voluptuárias, úteis e/ou necessárias.

III – OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

3.1. Registrar as deficiências porventura existentes na execução dos serviços, comunicando a CONCESSIONÁRIA para a imediata correção, sem prejuízos da aplicação das penalidades previstas.

3.2. Garantir o livre acesso dos funcionários da CONCESSIONÁRIA, desde que devidamente identificados.

3.3. Indicar um responsável pelo acompanhamento da concessão, que figurará como gestor do presente, a quem deve dirigir-se o representante da CONCESSIONÁRIA para dirimir quaisquer questões pertinentes à presente avança.

IV – PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. Os valores a serem pagos pela cessão da área, deverão ser feitos da seguinte forma:

4.1.1. O valor mensal da concessão será de R\$ ____ (reais);

4.2. O pagamento deverá ser efetuado em conta específica para esta finalidade, até o quinto dia útil subsequente.

4.3. As frações do mês, no início e término do contrato, se for o caso, deverão ser recolhidas proporcionalmente ao período.

4.4. O valor da concessão permanecerá irreajustável pelo período de 12 (doze) meses, conforme legislação em vigor, podendo ser reajustado quando verificada a necessidade pela CONDEDETE.

4.5. O valor da concessão será reajustado ao final de 12 (doze) meses, para o próximo período com base na variação acumulada do IPC/FIPE ou outro índice que melhor reflita a variação do período, correspondente ao objeto licitado, verificado a partir da assinatura do contrato.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

4.6. Caso haja necessidade de recompor a relação econômica-financeira inicialmente estabelecida entre as partes, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ser concedido o realinhamento do valor da concessão, após análise da solicitação, que deverá justificar o pedido e comprovar os motivos ensejadores.

V - PRAZOS

5.1. A Vigência da concessão ora outorgada será de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo entre as partes.

VI - PENALIDADES

6.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que individualmente ou somadas, não poderão ultrapassar 10 % (dez por cento) do valor do contrato.

6.1.1. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, por período não superior a 02 (dois) anos.

6.2. Declaração de inidoneidade, quando a CONCESSIONÁRIA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

6.3. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

6.4. É vedado à utilização de mão de obra infantil na execução dos serviços, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

6.5. É vedada à CONCESSIONÁRIA, sob qualquer hipótese, transferir, subcontratar total ou parcialmente os serviços, sob pena de rescisão do contrato.

6.6. Fica ainda, estabelecida, para a hipótese abaixo arrolada, a seguinte penalidade:

6.6.1. Multa correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor mensal da concessão, quando constatada pela fiscalização a venda de itens proibidos, de acordo com o presente termo, sem prejuízo da abertura de procedimento de rescisão da concessão.

VII - DA SEGURANÇA DO TRABALHO

7.1. A CONCESSIONÁRIA deve obedecer em seu trabalho, as determinações da Lei n.º 6514 de 22/12/77 que altera o Capítulo V título II, regulamentado pela Portaria n.º 3214 de 08/06/78 do

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

Ministério do Trabalho, e as suas Normas Regulamentadoras e os Procedimentos Básicos, aplicáveis à execução específica das tarefas.

VIII – RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará sua rescisão, nos casos enumerados nos artigos 78 da Lei 8.666/93, no modo estabelecido pelo artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da referida Lei.

IX – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Fica fazendo parte deste, independentemente de transcrições, o edital de licitação que deu origem a este Termo, e a proposta da CONCESSIONÁRIA.

9.2. As partes elegem, em comum acordo o Foro da Comarca de Ribeirão Pires/SP. Como seu domínio legal para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, ____ DE ____ DE 2023.

VICENTE CARLOS DE SOUZA TITICO
Secretário Chefe de Gabinete

Concessionária

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG

2) _____
RG

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: Concessão onerosa de direito real de uso de espaço para implantação, administração e operação comercial de serviços de cafeteria no Centro de Exposições e História Ricardo Nardelli.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela Contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO VIII

Lei Municipal n.º 6835/2023